

AS ESTRATÉGIAS DA BIOPOLÍTICA E OS PERIGOS DE UMA NOVA EUGENIA¹

Andréa Maria Carneiro Lobo².

RESUMO

Estudo que visa apresentar o histórico do discurso e da prática eugênica no Ocidente, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX e investigar, nas pesquisas genéticas contemporâneas, estratégias de manipulação da vida e sua possível relação com uma nova configuração de práticas eugênicas, problematizando a associação entre tecnociência e biotecnologia a partir do conceito de biopolítica de Michel Foucault.

Palavras-chave: Eugenia – Biopolítica – manipulação genética

THE BIOPOLITICAL STRATEGIES AND THE DANGERS OF THE NEW EUGENICS

ABSTRACT

Study to present the history of discourse and practice of eugenics in the West between the late nineteenth and early twentieth century and research in contemporary genetic research, strategies for handling life and its relation to a new setting eugenic practices, questioning the relationship between techno-science and biotechnology from the concept of biopolitics Michel Foucault.

Keywords: Eugenics - Biopolitics - Genetic manipulation

¹ Artigo apresentado no evento “Diálogos entre Direito e Antropologia: primeiras aproximações interdisciplinares”, realizado nos dias 21, 22 e 23 de outubro na UniBrasil, em Curitiba, Paraná.

² Graduada em História pela UFPR. Especialista em Ensino pela UFPR. Mestre em História pela UFPR. Professora de Introdução à Filosofia do Curso de Direito da Unibrasil. E-mail: andrealobo27@gmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
A S ESTRATÉGIAS DA BIOPOLÍTICA E OS PERIGOS DE UMA NOVA EUGENIA	7
CONCLUSÃO	13
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	15
DISCUSSÕES	15
REFERÊNCIAS	16

INTRODUÇÃO

o novo
não me choca mais
nada de novo
sob o sol

apenas o mesmo
ovo de sempre
choca o mesmo novo³

O ano de 1997 entrou para a história da biotecnologia como o ano da “Dolly”, ou o ano em que o Instituto Roslin, em Edimburgo, na Escócia, produziu em laboratório um clone, isto é, um ser vivo – no caso uma ovelha - idêntica à outra sem que houvesse uma relação do tipo sexuada.

A primeira cópia idêntica de um ser vivo foi conseguida a partir da retirada do material genético do núcleo das células das glândulas mamárias de uma ovelha e de sua transposição para o óvulo de outra. Esta combinação, disposta num “molho químico” e acordada por estímulos elétricos, começou a se multiplicar e formou a vida de um embrião que deu origem a uma nova vida.

Experiências semelhantes, avisou o instituto, seriam testadas para se produzir clones de porcos e bois. Diante deste fato, imediatamente, surge a pergunta: e de seres humanos, também seriam possível produzir clones? O cientista criador de Dolly, Ian Wilmut, afirmou em frente às câmeras de todo o mundo: “sim”.

Apesar de aparência “inédita”, os experimentos com genética animal, vegetal e humana, existem há pelo menos um século e meio.

Durante a segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das teorias como principal do naturalista inglês Charles Darwin, possibilitou o surgimento de inúmeras correntes de pensamento influenciadas pela idéia de evolução. Temas como o progresso, o desenvolvimento, a

³ LEMINSKI, Paulo. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/pl4.html>. Acesso em: 15/12/09.

mudança e o dever da natureza e das sociedades eram correntes na Europa desde fins do século XVIII. Mas, o darwinismo foi o primeiro a apresentar provas.

No bojo do “Darwinismo Social”, ou seja, o movimento científico que procurou interpretar a dinâmica das sociedades a partir da ótica evolucionista, iniciaram-se estudos sobre a possibilidade de se investigar a evolução humana, dos primórdios à era moderna. Nesse contexto, o pensamento evolucionista europeu constatou que o ser humano havia evoluído, mas de forma diferenciada, nas diversas partes do globo e acreditava que o homem europeu tinha desenvolvido suas potencialidades como nenhum outro. Poderia ser até de forma mais evoluída? A preocupação com o dever do homem europeu ocupava grande parte do tempo de “iluminadas” cabeças oitocentistas...

A inquietação perante o destino da evolução das sociedades e, em especial a européia, despertou em alguns cientistas o interesse de conhecer e controlar o devir biológico do homem: a sua hereditariedade. Supõe-se que a finalidade fosse garantir que o processo científico, econômico e social, alcançados pela sociedade européia, durante o século XVIII e XIX, continuassem nos séculos subseqüentes, desde que as gerações futuras fossem formadas por homens ainda melhores: perfeitos de corpo e de mente.

No campo da efervescência da ideologia de progresso sustentada pelo desenvolvimento da ciência, surgiram os primeiros estudos sobre hereditariedade humana, efetuados pelo matemático e fisiologista inglês Francis Galton – primo de Darwin. Ao conjunto de estudos sobre a genética humana, visando o melhoramento biológico das gerações futuras, Galton deu o título de *Eugenics* ou Eugenia, em 1883.

Apesar de ter suas origens na segunda metade do século XIX, o discurso eugênico só passou a ser colocado em prática, na Europa e nos Estados Unidos, no início do século XX, com a “redescoberta” das Leis de Mendel. Nos Estados Unidos, por exemplo, alguns cientistas passaram a acreditar que as qualidades individuais eram predominantemente hereditárias. “Verdades científicas” como esta levaram à esterilização de inúmeros seres humanos.

Na Alemanha, muitos cientistas, que se auto-proclamavam eugenistas, acreditavam estar cumprindo com o seu dever, quando propuseram o impedimento da proliferação de indivíduos pertencentes a “raças” consideradas degenerados física e/ou moralmente. O objetivo era evitar a

total destruição da cultura européia, fato que, segundo os cientistas, sem uma prática eugênica, seria inevitável...

Na década de trinta, a ideologia nazista veio de encontro aos ideais eugênicos de determinados geneticistas, antropólogos e médicos alemães, ao estabelecer que as diferenças entre os homens têm base biológica e não econômica ou cultural. Era a oportunidade de concretizar seus ideais eugênicos. O resultado? O massacre de milhões de judeus e outros tantos milhares de ciganos, poloneses, eslavos, comunistas e homossexuais acusados de “degenerar” a raça ariana, além de experiências bizarras com gestantes, gêmeos e fetos.

No Brasil, a introdução do pensamento eugenista se deu no início do século XX, mediante a influência de uma elite médica liderada por Renato Kehl, que fundou, em 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo.

Mesmo antes dessa data, os debates a cerca da eugeniização do povo brasileiro eram constantes entre intelectuais e médicos de todo o país, mas foi a partir de 1918 que o tema tornou-se central para uma parcela significativa de médicos e higienistas nacionais.

Inúmeras teses foram produzidas, entre os anos dez e os anos trinta, sobre a tríade: casamento-prole-eugenia. Grande parte dessas teses defendia a ampliação de medidas eugênicas, que iam desde a educação nas escolas e o exame pré-nupcial obrigatório, até a esterilização de casos “mais graves” (como os leprosos).

O objetivo era criar uma “raça brasileira” mais homogênea, apta, sadia e morigerada, conforme se pode perceber a partir da citação a seguir, extraída de uma tese defendida na Faculdade de Medicina da Bahia em 1928:

E' da Eugenia Preventiva que mais necessita a raça brasileira ainda em formação. O brasileiro, - producto do cruzamento de tres grandes raças: a européa, representada pelo portuguez descobridor e colonizador; a cabocla, figurada pelo sevicola autochthone e independente; a negra, na pessoa do africano forte mais escravizado, - é, como dissemos, um elemento em plena formação. Urge, pois, eugenisal-o. Eugenisal-o, excluindo os defeitos e fazendo sobressair as optimas qualidades de que são possuidores os tres factores ethnicos. (...) Não, o brasileiro não é um tarado, um degenerado, um inútil: é uma raça que precisa algum carinho para se tornar ideal.⁴

⁴ OLIVEIRA, Luiz Fabrício de. *Da Eugenia e o exame prenupcial obrigatório*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Medicina da Bahia para a obtenção do título de Doutor em Ciências Medico-Cirurgicas, cadeira de Hygiene. 91 p. Bahia, 1928. p. 12.

Note que o doutorando em Medicina defende a eugenia preventiva, parte dos procedimentos caracterizados como eugenia positiva, ou seja, uma forma de intervenção menos severa para o controle da hereditariedade humana. No caso da tese acima mencionada, defendia-se uma proposta de obrigatoriedade legal do exame pré-nupcial. O objetivo era que o poder público, amparado em justificativas médico-científicas, impedisse o casamento de alcoólatras, sífilíticos, tuberculosos e hansenianos, pois, segundo se acreditava, tais doenças “degeneravam a raça” e eram transmitidas hereditariamente. É o que se observa em outro trecho da mesma tese:

Criar a dor é um crime perante a humanidade; criar a monstruosidade é um crime perante a raça. O casamento dos doentes de espírito e de corpo, dos monstriparos, dos cacoplastas, dos tarados, dos geradores de abortos e martyres – deve ser proibido, ou, pelo menos, não deve ser sancionado pela lei. Todos os enfermos reconhecidamente capazes de transmitir outras graves e permanentes infecções á descendência tem de ser excluídos do direito de construir família. Será brutal; mas é necessário.⁵

O perigo da eugeniização da humanidade, sonho acalentado pelo menos um século por intelectuais, médicos, cientistas, e políticos do Brasil e no mundo, parece-nos, neste momento, mais atual do que nunca, e isso estimulou-nos a investigar as origens da introdução do pensamento eugênico no Brasil e os seus resultados nas práticas sociais.

Desde o final dos anos noventa do século passado, uma variada gama de pesquisas genéticas e biotecnológicas, vem sendo desenvolvidas, sobretudo, nos Estados Unidos da América. Administradas por agências governamentais, essas pesquisas, que têm atraído também o interesse do capital privado, tem como meta principal, decodificar e decifrar o código genético humano.

Sob a alegação de que, o mapeamento genético pode representar uma possibilidade real de se detectar e tratar doenças genéticas, e tratá-las em sua origem, o Projeto Genoma, no contexto da atual sociedade de controle, pode ser considerado uma ambiciosa manifestação de como a lógica de mercado permeia as estratégias do Biopoder.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo pretende especular sobre a configuração dos mecanismos de sujeição e manipulação da vida na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, sob a perspectiva da biopolítica, com ênfase aos procedimentos da biotecnologia no que diz respeito às técnicas de intervenção genética.

⁵ Ibid, p. 34.

Neste trabalho, defende-se a hipótese de que, os saberes que incidem sobre a vida, fazendo-a proliferar, multiplicar, produzir e reproduzir, estão relacionados à estratégias de poder voltados a condicionar, formatar e se apropriar dessas mesmas vidas, por meio de uma série de estratégias de controle disseminadas em “mil platôs”, justamente porque se dirigem aos limites mais microscópicos da existência (aos infinitesimais), para usar a expressão cunhada por DELEUZE & GUATTARI.

AS ESTRATÉGIAS DA BIOPOLÍTICA E OS PERIGOS DE UMA NOVA EUGENIA

A obra de Michel FOUCAULT, através de sua “analítica do poder”, trouxe, na segunda metade do século XX, uma contribuição revolucionária ao propor que, a partir do século XVIII, o poder precisa ser pensado não mais como uma instância unidimensional, centrada no Estado e caracterizada por táticas de repressão e proibição impostas aos súditos, tal qual ocorrera séculos antes.

Com a institucionalização dos saberes, entre os séculos XVIII e XIX, o poder passou a se manifestar mais como um complexo jogo de forças, organizadas sob a forma do constante controle e vigilância sobre a vida.

No período anterior, o poder do soberano se manifestava no direito que se atribuía de dispor sobre a vida e a morte dos seus súditos, poder que, podendo causar a morte, se permitia deixá-los viver. Um poder que se exercia, portanto, na base do confisco. O principal bem do qual

o soberano poderia se apropriar era a vida dos seus súditos e a forma dessa apropriação era o gládio⁶.

Com as transformações econômicas, políticas e sociais que tiveram lugar na Europa a partir do século XVIII, nota-se, segundo FOUCAULT, uma modificação nos mecanismos de poder.

O direito de morte, então prerrogativa dos reis, passou a ser reorganizado, entre os séculos XVIII e XIX, nos diferentes saberes que, ao engendrarem formas de poder, passaram a ordenar e classificar a vida, mantendo-a, desenvolvendo suas forças, fazendo-as crescer em função dos reclames de uma nova ordem econômica e social.

Nas palavras do autor: “... o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte.”⁷[grifos no original].

Os novos mecanismos de poder, que se desenvolveram em íntima relação com os saberes científicos dos séculos XVIII e XIX, passaram a centrar seus olhares para o corpo, centro de todas as atenções.

O corpo, locus em que se engendra e manifesta a vida humana, a vida que se quer controlar, passou a ser o alvo desses poderes, interessados em moldá-lo para sujeitá-lo aos interesses de uma sociedade industrial, orientada pela lógica da produção.⁸

Iniciava-se a era do *bio-poder*, que, de acordo com FOUCAULT, pode ser dividida em duas fases. A primeira localizada entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, caracterizada pelo desenvolvimento do *corpo-máquina*; e a segunda, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII, e que tinha como meta o *corpo-espécie*.

À busca pela instituição do *corpo-máquina* se relaciona o propósito da integração do corpo humano – máquina orgânica – a controles eficazes, direcionados a finalidades econômicas. Já o *corpo-espécie* manifesta o ideal do corpo transpassado pela mecânica do ser vivo, o corpo entendido como suportes de processos biológicos, sobre os quais passam a incidir os mecanismos de saber-poder.

⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16 ed. São Paulo: Graal, 2005. p. 127).

⁷ Ibid., p. 130.

⁸ SIBILIA, Paula. *O Homem pós-orgânico*. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 31.

À implementação de mecanismos de saber-poder dirigidos ao corpo-máquina e ao corpo-espécie, se vinculam dispositivos de vigilância e disciplinarização, destinados a formatar os corpos dos indivíduos, transformando potências orgânicas em agentes mecânicos.⁹

Formatados, por meio de tecnologias de disciplinarização, aplicadas em centros de confinamento (manicômios, prisões, escolas, quartéis...), os corpos e as almas passam a ser adestrados de modo a atender aos conceitos de subjetividade subjacente a cada saber.

Aos mecanismos de disciplinarização se associaram estratégias de vigilância – a regulamentação do tempo, a arquitetura panóptica, a técnica da confissão – mecanismos que ao promoverem a generalização do policiamento, instituíram o controle dos indivíduos pelos próprios indivíduos, o auto-policiamento, cujo objetivo era a instituição da sujeição dos indivíduos à norma.

Ao projeto de normalização de sujeito, engendrado pelos saberes-poderes nascidos entre os séculos XVIII e XIX, está associado o desenvolvimento de uma tecnologia destinada à formatação da vida, um *bio-poder*, constituído de redes de poder direcionadas a focalizar a vida, modelando-a, administrando-a, ordenando-a segundo um padrão de normalidade que, em última instância, ambicionava a criação de corpos dóceis e úteis, equiparados de modo a se ajustar às exigências do setor fabril.

O *bio-poder*, portanto, tem como foco a vida manifesta e atua sobre o corpo dos indivíduos, adestrando-os de modo a se encaixarem nas exigências da lógica de produção mecânica, característica da sociedade industrial.

HARDT e NEGRI, comentando FOUCAULT, explicitam:

... Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. (...) A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida.¹⁰

Por isso, esse complexo e intrincado jogo de saberes e poderes, agem de modo a incrementar, a fomentar a vida, potencializando-a no sentido de sua utilidade econômica,

⁹ Id.

¹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. p.43.

tornando mais potente suas aptidões, para melhor utilizá-las. Mas, por meio de um conjunto de mecanismos de controle, vigilância e punição, canaliza essas mesmas forças corporais, coordenando-as de modo a torná-las obedientes, adestradas; satisfazendo, assim, os objetivos da rede de saberes-poderes pelas quais a existência dos indivíduos é atravessada.¹¹

Deste modo, o tempo e os corpos na sociedade industrial, tendiam a ser convertidos, através das estratégias do *bio-poder*, em forças produtivas controladas para funcionar como máquinas orgânicas. As subjetividades fixadas em função do aparato de produção capitalista.

A partir da segunda metade do século XX, no entanto, essa situação tem passado por modificações. À lógica industrial, voltada para a disciplinarização dos corpos, com o intuito de transformá-los em *corpos-máquinas*, para se integrarem no sistema de produção, sucedeu a lógica do mercado transacional, fluido, sem fronteiras e globalizado.

A era analógica e mecânica, cedeu à supremacia de uma era digital, onde as forças vitais destinadas a alimentar o capitalismo são processadas de uma forma impressionantemente rápida, lançando e substituindo, no mercado, a todo momento, novas formas de subjetividade prontas para serem consumidas e logo descartadas, rompendo de vez a possibilidade real da manutenção de uma individualidade, de uma identidade única. Em vez disso, modos de ser comercializáveis e adquiríveis, que variam conforme a lógica do mercado, são postos continuamente a venda.

Se na sociedade industrial cada indivíduo em particular era moldado, modelado, adestrado de modo a compor, juntamente com os demais, uma única massa, diluindo assim, sua identidade; na sociedade atual, caracterizada por DELEUZE e GUATTARI como “Sociedade de Controle”, tanto a noção de indivíduo como a de massa perderam a sua relevância, o seu sentido. A noção de consumidor começa a ganhar espaço.

Na sociedade atual, onde impera um capitalismo tecnologizado, fluídico, globalizado e volátil, as pessoas são ordenadas de acordo com perfis de consumo, em nichos de mercado.

Nessa nova dimensão do capitalismo, os dispositivos analógicos de identificação e localização dos indivíduos na massa, cedem espaço a dispositivos digitais, que reduzem os seres humanos a um conjunto de informações, facilmente acessáveis, por meio de cartões magnéticos e senhas, e que identificam as pessoas segundo o seu perfil enquanto consumidores.

¹¹ SIBILIA, op cit, p.32.

Perfil que, armazenado em uma série de bancos de dados, colhidos a partir de diferentes formas e acessados continuamente pelas empresas de marketing, tende não só a reduzir o indivíduo a função de consumidor como a transformá-lo no principal produto à venda. É a sua existência, a sua capacidade, a sua afetividade, sua conectividade, sua criatividade que estão, constantemente, sendo postas a venda e sendo consumidas, num tipo de capitalismo que se propõe a vender produtos sob a forma velada de serviços, estilos de vida, sensações, subjetividades.

Nesse contexto, as forças do ser vivente deixam de ser consideradas o recurso usado para mover o braço mecânico da produção capitalista para se transformar **no capital** a ser vendido pelo sistema, conforme propõe Peter Pál PELBART:

Nesse contexto, as forças vivas presentes por toda parte na rede social deixam de ser apenas reservas passivas à mercê de um capital insaciável, e passam a ser consideradas elas mesmas um capital, ensejando uma comunalidade de autovalorização. (...) A potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação, é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo. Uma economia imaterial que produz sobretudo informação, imagens, serviços, não pode basear-se na força física, no trabalho mecânico, no automatismo burro, na solidão compartimentada. São requisitados dos trabalhadores sua inteligência, sua imaginação, sua criatividade, sua conectividade, sua afetividade – toda uma dimensão subjetiva e extra-econômica antes relegada ao domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico.¹²

O indivíduo transformou-se no *consumidor*, principal produto a ser comprado e vendido e que, por isso, tem sua vida codificada e digitalizada a partir de uma série de informações que, mais do que sua localização num dado contexto social, histórico, cultural ou geográfico, tendem a detectar seus deslocamentos, suas referências, sua subjetividade e o modo como se relaciona com as pessoas. Do status que desfruta enquanto consumidor, depende o âmbito da esfera de poder de uma pessoa no mundo globalizado.

Nesse admirável mundo novo, é vendida a necessidade de que todos precisam estar conectados, por meio de cartões digitais, e-mails, chips e outras aparatos tecno-científicos que credenciam o indivíduo a existir no mercado – que é o no que se transformou o mundo. Vende-se

¹² PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 23-24.

a necessidade da conexão e a opinião de que, não estar conectado é estar excluído, e que, estar excluído, não é algo interessante.

Nesse complexo sistema de informações e fluxos de capital intercambiáveis em que se transformou o mundo globalizado, somos não mais um corpo-máquina, somos um complexo de informações, cujo acesso, programação e reprogramação constante, constituem-se o centro da ambição capitalista.

Ter acesso a essas informações e o poder de reprogramá-las e assim, conduzir a vida desde os seus interstícios e reordená-las de acordo com a lógica oscilante do mercado, criando, recriando e descartando, continuamente, à velocidades cada vez maiores, modos de ser, anulando e inutilizando identidades, tem sido uma possibilidade cada vez mais presente e real, que se manifesta, desde as experiências da engenharia genética até o uso da sublimaridade pelas agências de publicidade.

Desse modo, nota-se a transição do homem-máquina, o sujeito da fábrica, do produtor disciplinado, do corpo adestrado do indivíduo formatado na massa; para o sujeito da empresa, consumidor endividado, corpo e alma forjados e descartados vorazmente pela lógica do mercado.

Nessa nova lógica, a forma de sujeição não é a disciplina rígida das instituições de confinamento, mas, segundo Paula SIBILIA, a sujeição do consumidor ao endividamento perpétuo, que não é criado para ser quitado, mas para que o consumidor permaneça envolto numa rede de dominação sutil, fluida, formada pela seqüência trabalho, renda, consumo, endividamento.

Por isso, a divisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer, de descanso, tempo com a família não mais se percebe. A divisão entre ambiente de trabalho e ambiente de descanso, lazer, não mais se observa. Os funcionários da empresa não precisam, mais, necessariamente, estar confinados, no ambiente, das fábricas, para serem disciplinados: são monitorados continuamente por “coleiras eletrônicas”, formas eficazes de se rastrear o tempo dos sujeitos-consumidores: e-mails, pagers, celulares...

Não há horários laborais fixos, mas também não há mais horários de lazer específicos, pois trabalha-se por metas, por projetos... Foram derrubadas as paredes que limitavam o espaço da fábrica: num mundo de capitalismo flutuante, o confinamento está por toda a parte: a dívida é a forma atual de confinamento.

Por isso, a exclusão de uma maioria que não tem renda suficiente para ter dívidas, por isso, a ineficácia das formas tradicionais de luta política – greves, sindicatos... – por isso, a necessidade de arregimentar novas formas de subjetividade, como diria DELEUZE. Se é na vida que o poder impera é porque nela reside a fonte da maior resistência ao poder, como afirmou FOUCAULT: “... que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder...”.¹³ Por isso, cabe a pergunta de PELBART:

Mas não deveríamos deixar-nos embalar por um determinismo tão apocalíptico quanto complacente. Parafraseando Benjamin, seria preciso escovar-se esse presente a contrapelo, e examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam nesse contexto. Pois nada do que foi evocado acima pode ser imposto unilateralmente de cima para baixo, já que essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essa formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias. A partir daí, seria preciso perguntar-se de que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e autovalorização.¹⁴

CONCLUSÃO

O livro “Admirável mundo novo”, escrito por Aldous Huxley¹⁵ e publicado em 1932, evoca um tipo de sociedade, situada em um futuro distante – séculos depois da chamada “Era Ford” - em que a tecnociência exerce o controle total sobre a vida humana.

As crianças não nascem de mães naturais, porque não existe mais a família: são decantadas em laboratórios de reprodução, onde, por meio de intervenções genéticas, as pessoas são classificadas em castas, superiores e inferiores – dos Alfas Mais aos Ípsilons – desde o estado embrionário.

Após o nascimento, estratégias de condicionamento garantem que cada vida atenda a um plano para ela pré-estabelecido geneticamente. Para evitar que a esfera da vida humana fugisse a

¹³ FOUCAULT, op, cit, p. 91.

¹⁴ PELBART, op cit, p. 21.

¹⁵ Aldous Huxley era neto de um biólogo, colega de Darwin, e entusiasta dos princípios evolucionistas. Seu pai também era biólogo e seu irmão, Julian Huxley, em obra intitulada *O que me atrevo a pensar*, publicada em 1931, expunha argumentos em prol do aperfeiçoamento técnico das espécies por meio de estratégias de intervenção e controle genético.

esse controle, as emoções são controladas com doses sistemática de *soma* e ninguém nunca pode ficar sozinho.

As doenças e a velhice são processos cientificamente controlados, bem como o prazer: não há restrições sexuais e as pessoas são adestradas de modo a não se apaixonarem, não se envolverem emocionalmente com seus parceiros sexuais.

O consumismo, a beleza e a perfeição física, o entretenimento e a diversão fútil são estimulados e controlados de modo que os seres humanos desfrutem de um estado constante de euforia e de prazer físico, evitando a sensação de angústia; preço pago pela ausência total de liberdade.

Esse mundo estranho, em que bebês de castas inferiores são condicionados por meio de choques elétricos a terem aversão a livros e flores; choca muito mais pelas semelhanças que apresenta com relação ao nosso próprio mundo do que pelas bizarrices de sua ficção.

Drogas surgidas nas últimas cinco décadas – ansiolíticos, antidepressivos – e que são atualmente prescritas e vendidas com o aval do saber médico-científico, tomam cada vez mais o lugar da terapia no “tratamento” dos “distúrbios emocionais”, resolvendo, rápida e paliativamente, eventuais transtornos psíquicos decorrentes de um “desajuste” das almas às exigências do mundo atual, onde impera lógica de mercado, onde os seres humanos são estimulados a relacionar felicidade a consumo – sem perceberem que eles são os principais produtos à venda - ; onde a busca pelo conhecimento como instância libertadora foi suplantada pela volaticidade de uma série de informações, cuja finalidade é sofisticar, estender e ampliar estratégias de controle.

O avanço do saber médico no tratamento e cura de determinadas doenças, tem prolongado a expectativa de vida das pessoas; drogas permitem que elas desfrutem do prazer sexual em idade mais avançada, uma vez que a velhice, assim como a morte, tem sido associados, atualmente, a coisas que se pretende, de toda maneira, evitar.

A morte, especialmente: o momento em que a vida escapa, a todo poder e a todo controle, tem se tornado um tabu ainda maior do que foi o tabu do sexo na Idade Média. Revestida da higienização branca dos hospitais, a morte perdeu a sua antiga áurea, o simbolismo no qual era associada a um momento de passagem para um outro mundo, uma outra esfera.

Atualmente, o aparato técnico-científico a disposição do saber médico tem despersonalizado e descaracterizado a morte. Há dificuldades em se estabelecer a diferença entre o que pode ser entendido como um organismo vivo e um organismo morto, ao ponto de se estabelecer, para fins jurídicos, algo como “zona de morte”, interregno entre o cessar da respiração e a perda total da consciência.

Os saberes destinados ao prolongamento da vida e à suplantação de situações de morte, passam a se incidir, em nossa sociedade, também desde o estágio embrionário: mulheres que queiram engravidar na Menopausa, podem congelar seus óvulos e, no momento em que decidirem gestá-los, recebem doses de hormônios e, se acaso não possuírem um parceiro que se disponha a criar os frutos desses óvulos com ela, podem recorrer à inseminação artificial. Deste modo, as restrições que a natureza, por algum motivo, havia estabelecido, para que mulheres acima dos 40 anos não pudessem ser mães, estão sendo destruídas pelo saber técnico-científico.

A vida se multiplica, se prolonga, mas, com qual objetivo? Já estaríamos nós, vivendo, no admirável mundo novo?

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Fontes primárias – teses e livros relacionados à área médica – produzidas no Brasil no início do século XX sobre a Eugenia, e temas a ela relacionados, tais como: diferenças entre eugenia positiva e negativa; projetos de lei de caráter eugênico; propostas para a implementação de um projeto eugênico para o Brasil. Obras historiográficas sobre o tema e textos filosóficos sobre o conceito de biopolítica.

DISCUSSÕES

Com base nas pesquisas feitas até o presente momento, discute-se a hipótese de que as pesquisas e intervenções genéticas atualmente desenvolvidas no contexto da biotecnologia e tecnociência podem vir a resultar na instituição de preceitos de caráter eugênico, uma eugenia

renovada, dissimulada, diferente daquela que a história ocidental associou aos horrores stalinistas e nazistas, mas, sem dúvida, uma forma de eugenia.

O desenvolvimento de pesquisas e de práticas envolvendo a configuração genética dos seres vivos e, em especial, dos seres humanos, é atualmente justificada pelo discurso médico-científico como estratégia necessária ao prolongamento da vida, mediante a descoberta e o tratamento de doenças degenerativas de origem hereditária.

Em países como os Estados Unidos, expoentes do grande capital internacional encontram-se entre os financiadores de projetos desse tipo, enquanto que um mercado específico, relacionado à programação da vida em seus interstícios, começa a se ampliar: já são inúmeros os casos de casais que recorreram a intervenções genéticas para definir o sexo de seus filhos, por exemplo.

O que o presente artigo se propõe a discutir é: até que ponto as estratégias para a reprodução, desenvolvimento e duração da vida representam novas formas de controle? De que maneira esse controle pode ser diagnosticado? Como pode ser combatido? Que tipo de resistências essas novas formas de dominação engendram?

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. _____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de: BURIGO, Henrique. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de: ROUANET, Sérgio Paulo. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. (Obras escolhidas).
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de: ROUANET, Sérgio Paulo. São Paulo: Brasiliense, [1984].
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de: ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. 16. ed. São Paulo: Graal, 2005.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LEMINSKI, Paulo. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/pl4.html>. Acesso em: 15/12/09.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OLIVEIRA, Luiz Fabrício de. *Da Eugenia e o exame prenupcial obrigatório*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Medicina da Bahia para a obtenção do título de Doutor em Ciências Medico-Cirúrgicas, cadeira de Higiene. 91 p. Bahia, 1928.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital*. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.